



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A Organização Sindical na Perspectiva Marxista</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>José Santana da Silva<sup>1</sup></b>	Universidade Estadual de Goiás e Universidade Federal de Goiás	UEG/UFG	Professor e Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
A organização sindical moderna é um produto das relações capitalistas de produção, uma invenção da classe operária para enfrentar, coletivamente, a exploração da sua força de trabalho praticada pelos capitalistas. Segundo uma resolução do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (1866), redigida por Marx, “Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos do contrato, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos”. Esta comunicação aborda as concepções de Marx, Lênin, Trotski e Pannekoek acerca da organização sindical e do seu papel na luta dos trabalhadores pela sua emancipação. Trata-se de identificar nos escritos desses autores as possibilidades e limites dos sindicatos na luta dos trabalhadores pela superação do capitalismo.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Autogestão, Internacional Situacionista, Independência da Argélia			
ABSTRACT			
The modern trade union organization is a product of capitalist relations of production, an invention of the working class to confront, collectively, the exploitation of their labor practiced by the capitalists. According to a resolution of the First Congress of the International Workers Association (1866), written by Marx, "The unions were born the spontaneous efforts of workers to fight the despotic orders of capital, to prevent or at least mitigate the effects of competition, changing terms of the contract, to place themselves above the condition of mere slaves. "This communication discusses the ideas of Marx, Lenin, Trotsky and Pannekoek about the union and its role in the struggle of workers for their emancipation. It is in the writings of these authors identify the possibilities and limits of trade unions in workers' struggle to overcome capitalism.			
KEYWORDS			
Unions, Marxism, capitalism, class struggle, revolution			

A afirmação basilar de que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes”, contida no *Manifesto comunista*, de Marx e Engels, encontra pleno sentido quando aplicada à história da organização sindical. Os sindicatos são produto das relações capitalistas de produção, isto é, da luta entre as classes fundamentais da sociedade capitalista – proletariado e burguesia.

As relações capitalistas de produção se assentam na alienação do trabalho (Marx, 2002), determinada pela expropriação dos meios de produção dos trabalhadores e a sua apropriação privada por parte da burguesia. Enquanto proprietários dos meios de produção, os capitalistas se apropriam, também, do fruto do trabalho social. Na condição de expropriados, os trabalhadores se veem obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário. Mas o salário corresponde a

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: [jsantanas@uol.com.br](mailto:jsantanas@uol.com.br)

apenas parte (geralmente a menor) do que é produzido pelo trabalhador. A outra parcela, o excedente ou “mais-valor”<sup>2</sup>, fica de posse do comprador da força de trabalho.

Historicamente, os sindicatos surgiram com a consolidação do modo de produção capitalista nas sociedades europeias, materializado no triunfo da revolução industrial, inicialmente na Inglaterra, no final do século 18, expandindo-se nos séculos seguintes para todo o planeta. Na fase inicial do capitalismo, apesar da propagação da filosofia política liberal entre a burguesia, nos países em que o processo de industrialização se encontrava mais avançado, os operários eram proibidos de se organizarem em sindicatos. Por essa razão, criavam associações secretas. O Estado britânico foi o primeiro a reconhecer o direito dos trabalhadores de se associarem, sendo regulado por uma lei de 1824. Segundo Engels (2008), essa lei “anulava todas as disposições precedentes que, até então, proibiam aos operários associar-se para a defesa de seus interesses” (p. 249). A partir de então, houve uma acelerada expansão das *trade unions* – termo utilizado para denominar os sindicatos operários na Inglaterra no sé 19. Essas associações, de acordo com Engels, possuíam as seguintes finalidades:

[...] fixar o salário, negociar *en masse* [coletivamente], como *força*, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada Ramão de trabalho; [...] manter o nível de procura do trabalho, limitando o emprego de aprendizes e, assim, impedir também a redução dos salários; combater, no limite do possível, os estratagemas patronais utilizados para reduzir salários mediante a utilização de novas máquinas e instrumentos de trabalho etc.; e, enfim, ajudar financeiramente os operários desempregados (2008, p. 250).

Para gerir a associação, os operários elegiam um presidente, um secretário, que eram remunerados com recursos advindos das contribuições dos próprios trabalhadores, recolhidas por um comitê. Mas, a mesma lei que assegurou aos operários o direito de se organizarem em sindicatos também impôs limites à sua atuação. Uma das mais importantes era a obrigação de comunicar aos patrões com antecedência a decisão de realizar uma paralisação do trabalho ou uma greve. Apesar das limitações impostas às *trade unions* por meio da legislação que cristalizou o seu caráter reformista, elas se tornaram referência de organização para trabalhadores de todo o mundo. O seu reconhecimento oficial foi considerado por muitos militantes e pensadores revolucionários como uma grande conquista.

A expansão das relações sociais capitalistas teve como um dos seus principais efeitos o crescimento do movimento operário e dos sindicatos. Embora não fosse precisamente uma organização sindical, a Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT –, fundada em Londres (Inglaterra) em setembro de 1864, foi a expressão do movimento da classe operária na luta pela superação do capitalismo. O propósito dos fundadores da AIT era articular a classe trabalhadora de

---

<sup>2</sup> É mais comum encontrar nas traduções da obra de Marx o termo *mais-valia*, em vez de *mais-valor*. Aqui, adotou-se este último, por concordar com Mario Duayer, na “Apresentação” dos *Grundrisse*, de Marx (2011, p. 23).

todos os países na luta contra o capital e o Estado burguês, tendo em vista a sua emancipação. Tal emancipação, conforme expressa nos preâmbulos dos seus estatutos, deveria “ser obra dos próprios trabalhadores” (Marx e Engels, 1980, p. 11) e não de outras classes. A orientação internacionalista da AIT estava definida na afirmação estatutária de que “a emancipação do trabalho não é um problema nem local nem nacional, mas social, que compreende a todos os países nos quais existe a sociedade moderna e necessita para sua solução o concurso teórico e prático dos países mais adiantados” (*idem*). Do mesmo modo que combatiam o localismo e o nacionalismo, os participantes da AIT procuraram contribuir para a superação do economicismo dos sindicatos, mesmo reconhecendo a importância da luta econômica por salários suficientes para a satisfação das necessidades dos trabalhadores. Mas esse esforço produziu pouco ou nenhum resultado duradouro, na medida em que prevaleceu essa limitação. Além das adversidades do contexto – fragilidade do movimento operário diante da forte repressão dos patrões e do Estado, desenvolvimento incipiente das relações capitalistas nos países fora da Europa ocidental e da América do Norte, dificuldades de comunicação entre os operários dos diversos países, falta de recursos para o desenvolvimento das atividades de propaganda e mobilização, etc. –, as profundas divergências entre comunistas (marxistas) e anarquistas (bakuninistas e proudhonianos) levaram ao fim da AIT em 1877.<sup>3</sup>

Em decorrência dos diferentes ritmos e graus de desenvolvimento das relações capitalistas de produção nas diversas regiões do planeta, da sobrevivência de relações sociais não modernas e suas correspondentes práticas culturais, da maior ou menor influência de ideologias conservadoras, autoritárias, liberais, reformistas e revolucionárias na classe operária, diferentes concepções de sindicalismo se formaram ao longo da história do capitalismo. Mas, não é propósito deste trabalho abordar todas elas. Neste artigo, abordaremos, de forma sucinta, as concepções de Marx, Lênin, Trotski e Pannekoek.

### **Marx e a necessidade de superação das limitações originais dos sindicatos**

Marx produziu uma teoria específica sobre o sindicalismo? Não. A produção teórica de Marx sobre a organização sindical está inserida na totalidade da sua obra, na perspectiva da luta revolucionária do proletariado pela destruição do capitalismo e construção da sociedade comunista, autogerida – o “autogoverno dos produtores”. Por isso, as suas elaborações sobre os sindicatos só fazem sentido se apreendidas como parte da sua teoria da sociedade capitalista, tendo em vista a sua superação. Assim, é correto afirmar que a concepção de Marx do papel dos sindicatos está

---

<sup>3</sup> Outra Associação Internacional foi criada em 1889, em Paris, mas sob a hegemonia da orientação política socialdemocrata reformista. Esta, se desintegrou durante a primeira guerra mundial e foi sucedida pela “III Internacional” fundada pelos bolcheviques na ex-União Soviética em 1919.

diretamente vinculada à sua visão acerca do propósito de todas as organizações de classe criadas pelo proletariado, qual seja: contribuir para a sua autoemancipação e, conseqüentemente, de toda a humanidade. Ele próprio deixou isso claro numa entrevista concedida a um jornal (*World*) em agosto de 1871, quando afirmou que cabe aos próprios trabalhadores lutarem por sua libertação da exploração e dominação capitalistas, sendo a finalidade prática de toda organização operária a realização desse objetivo (cf. Marx e Engels, 1980, p. 35-36). Isto não significa que Marx desconsiderasse a importância da luta sindical contra o rebaixamento dos salários por parte dos patrões. Foi ele mesmo que reconheceu essa função dos sindicatos. A esse respeito, se pronunciou:

O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. *Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor* (Marx e Engels, 1980, p. 9; grifos acrescentados).

Conforme já exposto acima, o valor da força de trabalho, isto é, o salário, corresponde ao valor dos meios naturais ou físicos e culturais necessários à sua reprodução. Assim como as demais mercadorias, o valor da força de trabalho “é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico” (Marx, 1988, p. 137). Tendo em vista as necessidades de sua reprodução, “A soma dos meios de subsistência deve [...] ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal” (*idem*). Mas deve-se levar em conta que as necessidades dos trabalhadores variam de um país para outro, o que não altera o fato de que o salário equivale a apenas uma parte do que o trabalhador produz durante a jornada de trabalho.

Além desse componente racional de determinação do valor da força de trabalho, há um outro: a relação entre oferta e procura. Ao contrário do que faz parecer a economia política, essa relação mercantil entre compradores e vendedores da força de trabalho não é uma relação entre iguais. O fato de os capitalistas, além de deterem o monopólio dos meios de produção, poderem estabelecer um contrato individual com cada trabalhador, em geral, lhe permite impor salários mais baixos do que determina a livre relação entre a oferta e a procura. Aos compradores da força de trabalho interessa que os trabalhadores se vejam mutuamente como indivíduos em permanente competição uns com os outros, o que os torna vulneráveis diante dos capitalistas. Daí que, segundo Marx, “os operários se unem para se colocarem em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho” (Marx e Engels, 1980, p. 9). Esta é a “base lógica” dos sindicatos. Ao impedirem que os salários sejam rebaixados pelos empregadores, os sindicatos se constituem em “sociedades de segurança” para os operários (Marx e Engels, 1980, p. 10).

Numa resolução do primeiro congresso da AIT, realizado em Genebra (Suíça) em setembro de 1866, Marx reafirma o seu reconhecimento do papel econômico dos sindicatos, considerando “legítima e necessária” a luta “contra a usurpação incessante do capital”, tanto por meio do

rebaixamento dos salários quanto pela ampliação da jornada de trabalho. Ao agregar os trabalhadores nessa luta por motivos econômicos, inicialmente, os sindicatos teriam se tornado “ainda mais importantes como força organizada para suprimir e substituir o sistema de trabalho assalariado” (Marx e Engels, 1980, p. 14). Porém, o autor de *O capital* já constatava naquele momento o desvirtuamento dessa função política dos sindicatos. Para ele, os sindicatos se ocupavam “em demasia exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital” (*idem*). E, ampliando a crítica, dizia que os militantes sindicais não tinham consciência do que poderiam fazer “contra o sistema e a escravidão assalariada”, tendo mantido os sindicatos “separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas” (*idem*). Era necessário superar esses limites. Para tanto, indicava:

Além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua radical emancipação. Devem ajudar todo movimento social e político de igual tendência (*idem*).

Na tarefa organizativa, os sindicatos deveriam se ocupar das categorias de trabalhadores mais explorados e desorganizados, especialmente os trabalhadores do campo. Assim, contribuiriam para desenvolver, “nas grandes massas operárias, a convicção de que, em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários subjugados” (Marx e Engels, 1980, p. 14-15). Com estas palavras, Marx torna explícita a sua concepção acerca do papel político dos sindicatos: deveriam abarcar a totalidade da luta da classe operária pela sua autoemancipação, ultrapassando os limites da ação com objetivos imediatos e restritos aos interesses de uma categoria. Trata-se de uma concepção classista revolucionária e não corporativa reformista.

A visão que Marx tinha dos sindicatos refletia na sua posição em relação às greves, geralmente deflagradas por reivindicações de caráter econômico ou por direitos que não alteravam a condição das classes exploradas na relação com as classes exploradoras. Na resolução do terceiro congresso da AIT, realizado em Bruxelas (Bélgica, 1868), ele escreveu: “as greves não são um meio de emancipar completamente o trabalhador, mas uma necessidade na situação atual de luta entre o trabalho e o capital” (Marx e Engels, 1980, p. 17). Apesar desse alcance limitado, recomendava que, ao se organizar uma greve nos ramos da produção em que ainda não houvesse “sindicatos, sociedades de resistências e socorros mútuos”, que fosse aproveitada a oportunidade para criá-los e, em seguida, buscar a solidariedade entre todas as categorias de trabalhadores do próprio país e dos demais (*idem*). Assim, embora desprovidas de potencial revolucionário, as greves podem ser úteis como meio de ampliação da organização da classe operária.

No opúsculo *El marxismo y la sociología*, Richard Hyman (1978) afirma que as concepções socialistas sobre o potencial político dos sindicatos se dividem em duas tendências: “os enfoques

que distinguem um importante potencial revolucionário na atividade sindical e os que alegam que esta atividade não facilita em si mesma (ou até inibe) a transformação revolucionária da sociedade capitalista” (p. 10). Segundo esse autor, Marx e Engels teriam passado de uma avaliação otimista ao pessimismo, quanto a esse aspecto dos sindicatos. Essa mudança de posição teria resultado da observação do comportamento do movimento operário na Inglaterra na segunda metade do século XIX, que tendeu cada vez mais ao reformismo economicista. Na verdade, o entusiasmo de Marx e Engels com as primeiras lutas e conquistas do proletariado inglês não ofuscou sua consciência acerca dos seus limites políticos das organizações sindicais, que já estavam latentes desde o início da sua história. Disto se conclui que não se tratou de mudança de uma avaliação “otimista” para uma perspectiva “pessimista”, mas sim de uma análise realista e crítica, fundamentada no desenvolvimento da luta de classes. A tendência ao economicismo, ao imediatismo e, quando muito, ao reformismo é uma falha congênita dos sindicatos. Por essa razão, Marx, Engels e os demais participantes da AIT sempre insistiram na necessidade de ampliar os objetivos da luta operária empreendida por meio desse tipo de organização, incorporando a meta da superação do trabalho assalariado, portanto, alienado. Como desdobramento da sua conformação às relações de trabalho assalariadas e à institucionalização da luta econômica e política, os sindicatos tenderam a se burocratizar.

A partir daqui, vamos expor a visão de Lênin acerca dos sindicatos.

### **O sindicato como escola política do proletariado e mecanismo de transmissão do partido, segundo Lênin**

A experiência histórica de Lênin lhe permitiu pensar muito mais do que Marx sobre os sindicatos, apesar de ter vivido menos do que o teórico alemão. Embora Lênin, assim como Marx, entendesse a organização sindical como decorrência da luta de classes da sociedade capitalista e instrumento do proletariado no enfrentamento dos exploradores da sua força de trabalho, as suas concepções apresentam diferenças significativas em comparação com as de Marx. Certamente que essas diferenças derivam dos contextos históricos distintos em que Lênin elabora suas ideias. Mas é mais certo ainda que elas expressam as noções do líder bolchevique russo acerca do papel da “vanguarda”, ou do que ele denominou “revolucionários profissionais”, no desenvolvimento da consciência de classe do proletariado e da revolução; em consonância com isso, decorre também da posição que atribui ao partido “revolucionário” na sua relação com as organizações da classe operária. Em síntese, a visão leninista acerca dos sindicatos deriva da sua concepção do processo de construção da sociedade comunista.

A primeira obra em que Lênin tratou mais especificamente da organização sindical foi o livro

*Que fazer?*, publicado em 1902. Nesse texto, combate os integrantes da tendência socialdemocrata denominada ‘economistas’, que produziam o jornal *Rabótcheie Dielo* (Causa Operária) e a revista *Rabótchaia Misl* (Pensamento operário).<sup>4</sup> Em oposição aos ‘economistas’, que defendiam a priorização da luta operária por aumentos salariais e outras reivindicações de caráter econômico, Lênin afirmava que os revolucionários socialdemocratas deveriam dirigir “a luta da classe operária não só para obter condições vantajosas de venda da força de trabalho” (1979, p. 82), mas, acima de tudo, para a destruição do modo de produção capitalista. Isso significava superar o economicismo ou “tradeunionismo”<sup>5</sup> e orientar o movimento operário para a conquista do poder político, isto é, o Estado. Para ele, a proposição dos ‘economistas’ de ‘imprimir à *própria* luta econômica um caráter político’ ocultava “a tendência tradicional de *rebaixar* a política socialdemocrata ao nível da política tradeunionista!” (1979, p. 87; grifos no original).

Embora entendesse que a finalidade da existência dos revolucionários socialdemocratas era dirigir a revolução proletária, Lênin distinguia a organização dos operários da organização dos “revolucionários profissionais”. Segundo ele, a organização dos operários deveria ser “em primeiro lugar, sindical”, em segundo, “a mais extensa possível” e, em terceiro lugar, “o menos clandestina possível” (em se tratando de sociedades submetidas a regimes autoritários como a Rússia czarista). Entenda-se por “sindical” a organização que busca obter conquistas imediatas, econômicas, como aumentos salariais. Já a organização dos “revolucionários profissionais” deveria “englobar antes e acima de tudo pessoas cuja profissão seja a atividade revolucionária”, isto é, atividade “política”. Nela, a distinção entre operários e intelectuais, assim como entre as profissões dos seus participantes, desapareceria (1979, p. 119). Enquanto a organização dos revolucionários deveria ser clandestina e restrita (sob regimes políticos autoritários), os sindicatos deveriam estar abertos a todos os trabalhadores que compreendiam “a necessidade da união para a luta contra os patrões e contra o governo” (1979, p. 121). Assim, os revolucionários profissionais dispunham de um contingente maior de trabalhadores sob sua influência. Isso está coerente com o papel político estratégico que Lênin atribuía aos sindicatos, como esclarece com estas palavras: “As organizações sindicais não só podem ser extraordinariamente úteis para desenvolver e fortalecer a luta econômica, como podem converter-se, também, *num auxiliar* da maior importância para a agitação política e a organização revolucionária” (1979, p. 123; grifo acrescido).

Da perspectiva vanguardista de Lênin, caberia ao partido proletário organizar e dirigir a “agitação política” e a revolução, assim como a própria “luta sindical” (1979, p. 169), ainda que nem todos os operários devessem ser socialdemocratas. Leiam-se: “revolucionários profissionais”.

---

<sup>4</sup> O grupo dos ‘economistas’ fazia parte da tendência do Partido Operário Socialdemocrata da Rússia – POSDR – que, em 1903, rompeu com os bolcheviques (maioria) e formou o partido menchevique (“minoria”).

<sup>5</sup> Esse termo deriva das associações sindicais, *trade unions*, criadas pelos operários ingleses no século XIX com a finalidade de lutar contra a redução dos salários imposta pelos patrões.

Aos sindicatos, reserva um papel “auxiliar”, subordinado ao partido. Os revolucionários do partido deveriam ir aos trabalhadores “como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores” (Lênin, 1975, p. 97) ou, numa palavra: como vanguarda da classe operária. Segundo Lênin, *a consciência revolucionária “só pode ser introduzida [no proletariado] do exterior”* (1975, p. 41; grifos acrescidos).<sup>6</sup> Essa tarefa compete à vanguarda intelectual organizada no partido. Em defesa desse ponto de vista, argumenta:

A história de todos os países mostra que a classe operária, apenas com as suas próprias forças, só está em condições de elaborar uma consciência ‘trade’-unionista, quer dizer, a convicção de que precisa de se agrupar em sindicatos, lutar contra o patronato, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. *Em troca, a doutrina socialista nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras.* Os próprios fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, eram, pela sua situação social, intelectuais burgueses. Da mesma maneira, na Rússia, a doutrina teórica da social-democracia surgiu de uma forma completamente independente do ascenso espontâneo do movimento operário; *foi o resultado natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas*” (Lênin, 1975, p. 41; grifos no original).<sup>7</sup>

Deixada à espontaneidade da luta contra os capitalistas e o Estado, a classe operária jamais desenvolveria a consciência revolucionária, quando muito, poderia chegar ao reformismo. Daí, a necessidade da vanguarda intelectual. Tal qual a “*doutrina socialista*”, que teria nascido da cabeça dos intelectuais burgueses e pequeno-burgueses, “de uma forma completamente independente” das lutas operárias, o partido também se formou autonomamente, devendo, por isso, “aderir ao movimento operário, *iluminar-lhe o caminho* e ajudar os operários nessa luta que eles já iniciaram” (Lênin, 1979, p. 29; grifos acrescidos). Desse modo, além de defender e representar os interesses da classe trabalhadora, o partido teria como missão: “desenvolver a consciência de classe dos operários” (*idem*). No cumprimento de tal missão, o partido deveria,

[...] por todos os meios, educar os operários filiados aos sindicatos no espírito de uma ampla compreensão da luta de classes e das tarefas socialistas do proletariado, a fim de conquistar realmente, com sua atividade, o papel dirigente nos referidos sindicatos; e, por último, para que estes sindicatos possam, em determinadas condições, aderir diretamente ao Partido, mas sem excluir deles, de modo algum, os seus filiados que não militam no Partido (1979, p. 194-195).

Os trabalhadores teriam de ser ensinados pelo partido a serem “socialistas”. Marx já havia

---

<sup>6</sup> No Projeto de Programa do POSDR de 1895/1896, Lênin define assim a consciência da classe operária: “[...] é a compreensão de que o único meio de melhorar a sua situação e de conseguir a sua emancipação consiste na luta contra a classe dos capitalistas e industriais, que foram criados pelas grandes fábricas. Além disso, a consciência de classe dos operários implica na compreensão de que os interesses de todos os operários de um país são idênticos, solidários, que todos eles formam uma mesma classe diferente de todas as demais classes da sociedade. Por último, a consciência de classe dos operários significa que eles compreendem que para atingir seus objetivos necessitam de conquistar influência nos assuntos públicos, como a conquistaram e continuam tratando de conquistar os latifundiários e os capitalistas” (1979, p. 29-30).

<sup>7</sup> Embora Lênin atribua a Marx e Engels o título de vanguarda intelectual do proletariado, essa idéia da introdução da consciência revolucionária do exterior é uma reprodução de uma formulação do ideólogo checo da socialdemocracia, Karl Kautsky (1856-1938), não dos fundadores do marxismo (cf. Lênin, 1975, p. 50-51). É interessante notar que Lênin rompeu com Kautsky, por ele ter se debandado para o reformismo socialdemocrata, chamando-o de o “renegado Kautsky” (*A revolução proletária e o renegado Kautsky* [1918]).



afirmado que a consciência socialista seria desenvolvida no embate do proletariado com os capitalistas e o Estado, especialmente no desenrolar das greves. Quanto aos operários sindicalizados que não se vinculassem ao partido, mas que fossem revolucionários, Lênin não explicou qual seria o seu destino. Claro, para ele, não poderia haver revolucionário que não fosse socialdemocrata. Certo é que não admitia a “neutralidade dos sindicatos” em relação ao partido. Para eliminar qualquer veleidade neutralista, principalmente nos moldes defendidos pelos mencheviques, os militantes do partido deveriam “trabalhar dentro dos sindicatos [...] com o espírito da mais estreita aproximação possível” entre estes e o Partido Social-Democrata (1979, p. 216). Se, em outras épocas, Lênin havia admitido algum grau de autonomia dos sindicatos perante o partido, a partir desse momento (março de 1908), ele e os demais militantes do Partido Bolchevique passaram a defender abertamente o dirigismo partidário sobre as organizações sindicais dos trabalhadores, como explica:

Os bolcheviques demonstraram que, atualmente, a separação entre a política e o movimento sindical não pode ser estabelecida de modo rigoroso, e por isso chegaram à conclusão de que ‘deve haver uma estreita união entre o Partido Social-Democrata e os sindicatos, que devem ser dirigidos por aquele’ (1979, p. 218).

Tratava-se de realizar nas “associações operárias legais” a política ou as resoluções partidárias. Primeiro, os militantes socialdemocratas deveriam fazer o proselitismo junto aos operários ainda não associados, atraindo-os para os sindicatos. Ao mesmo tempo, deveriam “formar dentro dessas associações grupos de Partido e, através de prolongado e sistemático trabalho entre elas, conseguir que sejam estabelecidas as mais estreitas relações entre elas e o Partido Social-Democrata” (1979, p. 246). Desse modo, os socialdemocratas que atuavam nos sindicatos deveriam se esforçar para transformá-los em “baluartes” do partido (*idem*). Tudo isso com o propósito de ampliar as bases da luta pela conquista do poder do Estado, que, para Lênin, era “o objetivo final da luta da classe operária”, sendo esta “a premissa de sua plena emancipação” (1979, p. 28).

Verifica-se, nestas formulações de Lênin, que ele e os bolcheviques invertiam a relação emancipadora entre partido e sindicatos, reproduzindo as relações autoritárias da sociedade burguesa. Essa inversão decorre, obviamente, do caráter das organizações partidárias, que Viana (2003) define como “*organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes*” (p. 12; grifos no original). A burocratização decorre da própria razão de ser dos partidos, qual seja a conquista do poder político, que se funda na relação dirigentes-dirigidos. Isso se aplica aos partidos adjetivados como “revolucionários”. A aplicação da “linha do Partido” aos sindicatos leva-os a se burocratizarem também, na medida em que neles se reproduz a mesma relação entre os seus dirigentes e a massa operária.

Antes do triunfo da Revolução de 1917 na Rússia, Lênin defendia que o “princípio fundamental” de todo “movimento sindical” era o de “não confiar no ‘Estado’”, deveria “confiar

unicamente na força de sua classe”, visto que definia o Estado como “a organização da classe dominante” (1979, p. 267). Após a tomada do poder pelos bolcheviques, considerava injusto até mesmo “falar de ‘neutralidade’ dos sindicatos” (1979, p. 270). Acreditava que os militantes do partido tinham se tornado “suficientemente fortes no núcleo do movimento sindical para poder submeter” à sua “influência e à disciplina geral proletária tanto os elementos não comunistas, atrasados ou passivos, dentro dos sindicatos, como as camadas trabalhadoras que em alguns aspectos” continuavam com uma consciência e comportamento pequeno-burgueses (*idem*). Esse enquadramento das “camadas trabalhadoras” tinha como finalidade ampliar a base do novo poder e deveria ser conseguido por meio da instrução, da organização política e da cooptação de operários, camponeses pobres e dirigentes sindicais, incluindo-os na administração do Estado (*idem*).

Na nova ordem, o “movimento sindical” teria que desempenhar “um papel destacado”, ocupando “o posto mais importante na política”, convertendo-se “em organismo político principal” (1979, p. 273). Desse ponto, Lênin avança para a proposição da estatização imperativa dos sindicatos. Mas isso não significava transformá-los nas instâncias máximas do poder exercido pelo proletariado. O partido continuaria sendo a vanguarda. Afinal, ele consistia numa forma superior de organização política. De qualquer modo, Lênin reconhecia a importância dos sindicatos na conquista e na sustentação do poder operário. Esse reconhecimento se baseava no papel educativo dessa forma de organização. Em polêmica com Trotski em torno do papel e tarefas dos sindicatos na “transição do capitalismo ao comunismo” na Rússia, após a Revolução de 1917, afirmava que os sindicatos não eram “uma organização estatal”, que exerce a coerção, mas, sim, “uma escola de governo, escola de administração, escola de comunismo” (Lênin, 1979, p. 293).

As prescrições mais completas de Lênin acerca do papel dos sindicatos sob a “ditadura do proletariado” ou “nas condições da nova política econômica” se encontram numa resolução do comitê central do Partido Comunista da Rússia (12/1/1922). Nesse documento, considerando que ainda persistiam elementos típicos do capitalismo, como a propriedade privada dos meios de produção, a divisão de classes e o Estado, afirma que competiria aos sindicatos as seguintes atribuições: 1) em termos gerais, defender os “interesses de classe do proletariado em sua luta contra o capital” (1979, p. 319); 2) defender os interesses dos trabalhadores e contribuir com a melhoria das suas condições materiais nas empresas estatizadas; 3) contribuir para solucionar com rapidez os conflitos entre os trabalhadores e as direções das empresas estatais com o máximo de vantagens para as categorias representadas; 4) participar na organização das empresas do Estado, sem intervir diretamente na sua administração; 5) formar e indicar administradores para as empresas estatais; 6) participar na planificação da economia e intervir na regulamentação das empresas privadas por meio da participação nos órgãos reguladores do Estado; 7) fixar “tarifas e normas de abastecimentos” para as empresas estatais (1979, p. 324).

Em síntese, todas as tarefas dos sindicatos se resumiam em auxiliar a vanguarda instalada na direção do Estado na condução dos trabalhadores (operários e camponeses) rumo à sociedade comunista. No cumprimento de sua missão, as organizações sindicais teriam de manter a ligação indissolúvel com as massas. O seu afastamento poria em risco o partido e o êxito do próprio processo de construção do comunismo. O sindicato, enfim, deveria ser o “mecanismo de transmissão do Partido Comunista para as massas”, por isso, teria de funcionar como uma engrenagem ajustada e azeitada (1979, p. 325).

Por último, embora invertendo a ordem cronológica da abordagem das concepções de Lênin sobre os sindicatos seguida até aqui, convém identificar a sua visão acerca da importância das greves para a classe trabalhadora. Segundo ele, as greves geram a consciência do socialismo e contribuem para o desenvolvimento da consciência de classe, assim como expande a união dos trabalhadores. “Toda greve”, afirma Lênin, “infunde vigorosamente nos operários a idéia do socialismo: a idéia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital” (1979, p. 48). Em apoio a essa constatação, acrescenta:

A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários, ensina a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária (*idem*).

Por expressar de forma mais explícita a luta de classes, a greve desmistifica a figura do patrão, evidenciando o que ele realmente é, um explorador algoz, “um lobo com pele de cordeiro”, ao contrário da falsa aparência de benfeitor dos trabalhadores que ostenta nos momentos de normalidade nas relações. Devido a esse papel educativo das greves, que “ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo [...]”, Lênin considerava essa forma de luta verdadeira “‘escola de guerra’, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital” (1979, p. 49-50). Porém, advertia para os limites políticos da greve: “a ‘escola de guerra’ ainda não é a própria guerra”, é apenas “*um* dos meios de luta da classe operária por sua emancipação [...]” (1979, p. 50).

Nestas linhas finais deste tópico, cabe indicar algumas diferenças fundamentais entre as concepções de Lênin e as de Marx acerca das organizações operárias. Conforme já visto no tópico anterior, para Marx, a consciência de classe se forma no embate entre as classes, não sendo, portanto, importada, e, mais, que “a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios trabalhadores”. Lênin, por sua vez, embora tenha repetido essas afirmações em diferentes momentos<sup>8</sup>, defendia, contraditoriamente, que tanto a consciência quanto a libertação do

---

<sup>8</sup> Lênin inseriu essa afirmação, por exemplo, nos Projetos de Programa do Partido Operário Socialdemocrata da Rússia de 1895/1896 e de 1902 (esta última versão escrita entre janeiro e fevereiro do referido ano). Assim está escrito: “A emancipação da classe operária só pode ser obra da própria classe operária” (Lênin, *op. cit.*, p. 17 e 134).

proletariado seria fruto da ação de um grupo (na verdade, uma classe) externo à própria classe. Nesse ponto, em que pese a freqüente evocação da teoria de Marx, o líder bolchevique russo demonstra profunda incoerência com o pensamento daquele que tanto louvava como seu mestre.

Quanto à avaliação do potencial político das greves, Lênin demonstra maior otimismo do que Marx, na medida em que este as vê como *possível* meio de expansão da organização classista dos trabalhadores, apesar de serem motivadas, basicamente, por demandas econômicas, enquanto que o líder bolchevique russo considerava que elas difundiriam entre a classe, “cada vez mais, os círculos e as associações”, contribuindo para ampliar “o número dos operários que se tornam socialistas” (Lênin, 1979, p. 48). No que concerne ao efeito das greves no desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores, os dois autores parecem convergir.

E quanto às concepções de Trotski sobre a organização sindical dos trabalhadores, que dizer? Isso é o que se verá no tópico seguinte.

### **Trotski e a submissão dos sindicatos ao partido**

Os textos de Leon Trotski (1879-1940) que serviram de fontes para esta exposição compõem a coletânea *Escritos sobre sindicato*, publicada pela editora Kairós (1978).<sup>9</sup> Nos artigos que compõem a primeira parte dessa obra, o autor se dedica a defender a subordinação dos sindicatos ao Partido Comunista em oposição aos anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários franceses, que propugnavam a independência das organizações operárias em relação aos partidos. Trotski rejeitava a afirmação de que os sindicatos representavam toda a classe trabalhadora e que o partido seria apenas seu “servente” (*op. cit.*, p. 18). Para ele, o proletariado só poderia chegar “à *compreensão subjetiva* da tarefa histórica que lhe coloca sua situação objetiva [de classe]” por intermédio dos sindicatos e do partido, no caso, o comunista (*idem*, p. 20; grifos no original). Nesse sentido, argumenta:

Se o proletariado, como classe, fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários nem o partido nem os sindicatos. A revolução teria nascido, simultaneamente, com o proletariado. Pelo contrário, o *processo* mediante o qual o proletariado compreende sua missão histórica é longo e penoso, e está repleto de contradições internas.

Somente através de prolongadas lutas, de duras provas, de muitas vacilações e de uma ampla experiência, os melhores elementos da classe operária, da vanguarda das massas, atingem essa compreensão. Isto se aplica tanto ao partido como aos sindicatos (*idem*).

Isto significa que, para se converter em “fator histórico”, isto é, sujeito revolucionário, a

---

<sup>9</sup> Como informam os editores, os textos de Trotsky reunidos nessa obra foram escritos entre março de 1923 e agosto de 1940, época em que foi assassinado por um agente do regime bolchevique comandado por Stalin. Infelizmente, não tive acesso às suas proposições sobre o papel dos sindicatos e sua relação com o Estado soviético criticadas por Lênin em 1920 (cf. Lênin, 1979, p. 292-313).

classe operária necessitaria de uma vanguarda – o partido revolucionário –, visto que os sindicatos são a retaguarda da revolução. Semelhantemente a Lênin, Trotski acreditava que a consciência de classe do proletariado seria levada pela vanguarda. Por isso, não teria sentido a independência das organizações operárias ante o Partido Comunista. A afirmação atribuída a Marx pelos sindicalistas revolucionários de que o partido se originaria nos sindicatos, só se aplicaria aos países de capitalismo desenvolvido, como teria ocorrido na Inglaterra. Em países atrasados como a Rússia, os partidos que representavam os interesses dos trabalhadores teriam antecedido os sindicatos. A independência das organizações sindicais só era correta no caso de existirem apenas partidos burgueses e reformistas ou oportunistas, como na época de Marx. Trotski considerava que a Associação Internacional dos Trabalhadores, “criada por Marx *era um partido*” (*idem*, p. 23; grifos no original). Caberia a ele realizar a unidade dos sindicatos, porque vai além das reivindicações imediatas.

Outro aspecto das concepções de Trotski acerca do papel dos sindicatos e do partido é a sua ideia de que existiria uma divisão de trabalho entre ambos: os primeiros não atuam no parlamento, essa tarefa compete aos deputados do partido representantes da classe. “O sindicato”, argumenta o autor, “como forma organizativa, não se adapta à luta parlamentar, mas os operários organizados nos sindicatos terão igualmente seus deputados” (*idem*, p. 27). E arremata: “É um simples caso de divisão do trabalho dentro de uma mesma classe” (*idem*). Dessa perspectiva, o Partido Comunista se constituiria numa “ferramenta” da ação política, em última instância, da “ação revolucionária do proletariado”. Por isso, os que reivindicam a autonomia dos sindicatos em relação ao partido, estariam contrapondo “o setor proletário mais atrasado com a vanguarda da classe operária”; assim como “a luta pelas conquistas imediatas com a luta pela completa libertação dos trabalhadores; o reformismo com o comunismo; o oportunismo com o marxismo revolucionário” (*idem*, p. 29). Enfim, os sindicatos são aparelhos organizativos do partido, por essa razão, nunca foram nem poderão ser politicamente independente. A defesa da submissão da organização sindical ao partido, levou Trotski a propor que os sindicatos dos trabalhadores russos fossem transformados em órgãos do Estado soviético em 1920, ao que Lênin reagiu com críticas contundentes, conforme já indicado no tópico anterior.

Quanto à unidade das organizações da classe operária, Trotski também distinguia o partido dos sindicatos. Para o partido, preceituava “total independência”, como “condição elementar para a ação revolucionária” (*idem*, p. 67). Ainda assim, dependendo das circunstâncias, haveria que se levar em conta a conveniência de uma unidade com outras tendências com perspectivas políticas próximas. Já em relação a “outras organizações de massa” – sindicatos, cooperativas, sovietes –, defendia que os militantes comunistas buscassem sempre a sua unidade, mesmo quando se tratasse de sindicatos sob a hegemonia de grupos reformistas, tendo em vista, por certo, estabelecer seu

controle sobre elas. Coincidindo com Lênin, considerava que essas organizações eram “um campo propício para a educação revolucionária de amplos setores operários e para recrutamento dos operários mais avançados” (*idem*, p. 68). Por essa razão, discordava das tendências políticas “sectárias”, que advogavam a criação de sindicatos paralelos aos dominados pelos reformistas ou burocratas aliados dos patrões e do Estado. Ao contrário disso, propunha uma “política de frente única” com os reformistas e “esquerdistas”, mas sem perder a referência de que a unidade da classe operária só poderia ser alcançada “sobre bases revolucionárias” (*idem*, p. 71).<sup>10</sup> Trotski afirmava que os sindicatos eram, “por natureza, uma frente única de fato dos partidos revolucionários com os reformistas e as massas sem partido” (*idem*, p. 82).

Ao analisar a situação dos sindicatos no capitalismo oligopolista ou imperialista, Trotski constatava a esmagadora burocratização da organização dos trabalhadores. Com isso, ao contrário de cumprirem a função de instrumentos da revolução proletária, tornaram-se “auxiliares do capital na crescente exploração dos operários” (*idem*, p. 79). A burocracia sindical “Voltou toda a autoridade acumulada pelos sindicatos contra a revolução socialista e inclusive contra qualquer tentativa dos operários de resistir aos ataques do capital e da reação” (*idem*, p. 79-80). Diante desse quadro, caberia aos revolucionários não desistirem dessa forma de organização operária, mas, ao contrário, disputar a sua direção, atuando “discretamente” no seu interior, para evitarem a violência dos dirigentes burocratas auxiliados pelos órgãos de repressão do Estado. Dessa perspectiva, se opunha à ideia de contrapor os conselhos operários aos sindicatos, pois isso significaria “lançar-se contra não apenas a burocracia, mas, também, contra as massas” (*idem*, p. 82), visto que os trabalhadores reconheciam o desvirtuamento da sua função, mas consideravam que a sua própria situação poderia ficar pior, caso deixassem de existir.

Trotski identificava a vinculação das organizações sindicais ao Estado como a sua “característica comum” no capitalismo monopolista. Nisto estaria a prova da sua degeneração. Nesse estado coisa, ao invés de levar a luta contra o capital pelo fim da exploração da força de trabalho, os sindicalistas burocráticos passavam a disputar com os capitalistas a cooperação do Estado. Nos países de capitalismo monopolista, totalitários ou ‘democráticos’, não haveria espaço para independência dos sindicatos. Nos países submetidos ao domínio imperialista, os sindicatos ou são submetidos ao Estado ou são destruídos. Do seu ponto de vista, “O fascismo, ao transformar os sindicatos em organismos do estado, não inventou nada de novo: simplesmente levou até às últimas

---

<sup>10</sup> Quando apresentava suas teses sobre a questão da unidade das organizações proletárias, Trotski escrevia a propósito da unificação entre a Confederação Geral do Trabalho – CGT – e a Confederação Geral do Trabalho Unitária – CGTU – francesas, proposta defendida por ele, em março de 1931 (cf. *op. cit.*, p. 67-77). A CGT, fundada em 1895, era controlada pelos reformistas, enquanto que a CGTU, criada em 1922, estava sob a direção dos comunistas. Em 1936, finalmente, a unificação se consumou com o nome de CGT. Após a segunda guerra, os socialistas (reformistas) deixaram a CGT e formaram a central denominada Força Operária. Após o fim do regime bolchevique na Rússia, em 1990. A CGT se desligou do Partido Comunista da França, passando a adotar uma linha política “moderada”.

conseqüências as tendências inerentes ao imperialismo” (*idem*). Sob esse regime, a primeira palavra de ordem dos revolucionários deveria ser: “*independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista*”; e a segunda seria: “*democracia sindical*” (*idem*, p. 103), visto que somente os revolucionários estariam em condições de sustentar essa posição.

Como se percebeu nesta explanação das ideias de Trotski sobre a organização sindical, embora tenha evoluído para uma posição crítica em relação à burocratização dos sindicatos, não abandonou a defesa de subordinação das organizações operárias ao partido que considerava a vanguarda da classe. Só lamentava que o *Comintern* (“III Internacional Comunista” ou bolchevique) tivesse abdicado da tarefa de instigar e apoiar os comunistas em todos os países fora dos seus domínios a investirem na sua conquista, procurando dominá-los por dentro, sem dividi-los ou criar organizações paralelas.

O teórico marxista holandês do comunismo de conselhos, Anton Pannekoek<sup>11</sup>, contemporâneo de Lênin e de Trotski, chegou a conclusões muito à esquerda e mais coerente com o caráter político dos sindicatos do que os ideólogos bolcheviques, como se verá a seguir.

### **Sindicatos ou conselhos operários? A perspectiva de Anton Pannekoek**

De início, é importante registrar que Pannekoek foi um dos principais alvos do ataque de Lênin por meio do panfleto intitulado *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, publicado em 1920. Para se ter uma noção clara da sua visão sobre os sindicatos, é necessário levar em conta que ela está vinculada à sua compreensão da sociedade capitalista, que, segundo ele, se assenta no monopólio exercido pela burguesia sobre os meios de produção e na exploração da força de trabalho dos não proprietários – os trabalhadores – e cuja história se move pela luta entre essas duas classes fundamentais. Como afirma Edmilson Marques,

Pannekoek, ao tratar da organização operária, toma como referência a sua determinação fundamental, isto é, o modo como os indivíduos produzem os meios necessários e indispensáveis para sua sobrevivência. É a partir do modo de produção que ele sistematiza teoricamente a sua concepção sobre a sociedade (Marques *in* Braga e Viana, 2011, p. 32).

Mais precisamente, a análise dos sindicatos elaborada por Pannekoek se insere na sua concepção da organização da classe operária na sociedade capitalista, bem como nas suas

---

<sup>11</sup> Anton Pannekoek (1873-1960) era astrônomo. “Fez parte da ala radical da socialdemocracia, ao lado de nomes como Herman Gorter, Rosa Luxemburgo, entre outros. Passou do radicalismo para o esquerdismo com a cisão da socialdemocracia e, posteriormente, passou a integrar a corrente anti-bolchevista denominada ‘comunismo de conselhos’. Assim, fez parte do amplo movimento revolucionário dos conselhos operários na Alemanha e das correntes críticas tanto do reformismo socialdemocrata quanto do bolchevismo (‘comunismo de partido’) e do regime russo, caracterizado como um capitalismo de estado. Após a derrota dos movimentos revolucionários dos conselhos operários, Pannekoek passa a desenvolver atividades teóricas, longe do calor da luta. A sua obra, *Os conselhos operários*, faz parte desta fase, na qual os adeptos do comunismo de conselhos desenvolviam teses e publicações, esperando uma nova onda revolucionária que, esporadicamente, explodiu aqui e ali e sempre fazendo renascer os conselhos operários” (“Apresentação” do livro de Anton Pannekoek, *A revolução dos trabalhadores*, p. 7).

formulações acerca da organização da sociedade futura e do modo como se dará a construção dessa nova sociedade que interessa aos trabalhadores construir. Disso depende-se que, para esse autor, as formas de organização dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que são determinadas pela sua luta contra os capitalistas, devem expressar o modo de organização social da sociedade comunista, autogerida. Deve haver, portanto, coerência entre meios e fins.

Antes de iniciar a explanação das ideias de Pannekoek sobre os sindicatos, cabe advertir que a sua visão acerca dessa forma de organização dos trabalhadores se alterou ao longo do tempo: passou de uma avaliação em que definia os sindicatos como “a forma natural de organização do proletariado” (2007a, p. 250), que, embora não fossem inimigos do capitalismo, combatiam a exploração da força de trabalho praticada pelos capitalistas, desempenhavam a função mais importante de educar politicamente os trabalhadores e até poderiam contribuir com a luta pela transformação revolucionária da sociedade capitalista, a uma posição crítica, em que os classifica como instrumento burocrático aliado dos patrões e do Estado no controle da insubordinação dos trabalhadores perante a exploração. Em trabalho recente, Nildo Viana fez esta constatação sobre as alterações no pensamento de Pannekoek sobre os sindicatos:

A abordagem da questão sindical por Pannekoek tem alguns pontos problemáticos para qualquer analista de sua obra. Em primeiro lugar, ele, no decorrer de sua produção teórica, mudou de posição a respeito dos sindicatos; em segundo lugar, desenvolveu observações sobre sindicatos e sindicalismo em diversos textos esparsos não dedicados exclusivamente a esta questão (Viana *in* Braga e Viana, 2011, p. 49).

Certamente que as mudanças verificadas na posição de Pannekoek em relação ao papel político dos sindicatos decorrem da sua trajetória nos movimentos políticos que diziam expressar as demandas do proletariado – socialdemocracia, bolchevismo, comunismo – e do processo de burocratização das organizações sindicais, determinado pela luta com o capital monopolista e pelo seu paulatino enquadramento pelo Estado, por meio de legislação que os tornou organizações oficiais, ou seja, órgãos auxiliares dos aparelhos oficiais de controle da força de trabalho. Para tornar esse percurso do pensamento de Pannekoek mais explícito, convém expor suas ideias respeitando a cronologia da sua produção teórica sobre os sindicatos. Começemos pelas formulações contidas nos seus escritos de 1909, *As divergências táticas no movimento operário*.<sup>12</sup>

Nessa obra, escrita quando se encontrava ligado à socialdemocracia, Pannekoek afirma: “Os sindicatos não são diretamente órgãos da luta revolucionária de classe; não fixam como meta a derrubada do capitalismo. São, na verdade, necessários à estabilidade de uma sociedade capitalista normal” (2007a, p. 250). Essa “normalidade” da sociedade capitalista consistiria em obter salários

---

<sup>12</sup> A edição utilizada aqui está inserida numa obra espanhola conjunta que inclui o escrito de Hermann Gorther, *El materialismo histórico explicado a los obreros por Hermann Gorther* [1913], pela Ediciones Espartaco Internacional (2007). A referência de citações dessa obra será indicada pela sua data de publicação acrescida da letra “a”, visto que outra obra de Pannekoek consultada, *A revolução dos trabalhadores*, também foi publicada nesse mesmo ano. A indicação desta última fonte bibliográfica será seguida pela letra “b”.



que correspondessem ao valor efetivo da força de trabalho, “trocando-se valores por valores iguais” (2007a, p. 251).<sup>13</sup> Assim, graças à atuação dos sindicatos, seria rompida “a preponderância do empresariado” em relação aos trabalhadores, “patrões e operários se enfrentam como partes de força quase igual e firma contratos nos quais a força de trabalho é paga por verdadeiro valor” (*idem*). Alcançar essa “normalidade” na relação entre capital e trabalho seria a “primeira grande tarefa” e o “objetivo essencial” dos sindicatos.

Para bem cumprir a sua tarefa primordial, de modo a contemplar todos os trabalhadores, os sindicatos deveriam ser ‘neutros’, não exigindo dos seus associados que professassem determinadas concepções políticas. Além disso, deveriam pedir contribuições financeiras aos operários para sustentar as greves e, ainda, contratar funcionários para realizar as tarefas administrativas, “pois as tarefas administrativas, a condução das lutas, as negociações com os empresários, não podem ser ocupações secundárias e requerem, também, aptidões e conhecimentos especiais que não podem ser adquiridas somente por meio da prática” (*idem*). Pannekoek não poderia imaginar que, precisamente, a manutenção de um corpo de funcionários, incluindo parte dos dirigentes, viria a ser um dos pilares da burocratização dos sindicatos. Não obstante isso, lucidamente constatava que a organização sindical não poderia abolir o capitalismo nem o poder do capital, estava ao seu alcance apenas conter os abusos dos capitalistas na exploração dos trabalhadores. Seu alvo seria a cobiça desmedida do empresário individual e não a classe capitalista como um todo, nem o sistema. “Pelo contrário”, argumenta, “ao conseguir melhorias reais para os trabalhadores, diminuem a miséria e a revolta das massas exploradas, ameaçam o próprio sistema; nesse sentido, [os sindicatos] atuam, inclusive, como uma força conservadora que consolida o capitalismo” (2007a, p. 252). Entretanto, o desenvolvimento contraditório do capitalismo, que alterna períodos de prosperidade com períodos de crises, que geram desemprego massivo e permitem aos empresários anular as conquistas obtidas, impede que “os sindicatos se convertam nas figuras conservadoras que seus amigos burgueses querem fazer deles” (2007a, p. 253).

É interessante notar que Pannekoek, mesmo propugnando a “neutralidade” política dos sindicatos, contraditoriamente, defendia que deveriam manter relação estreita com o partido político. Coerente com a orientação socialdemocrata que seguia, Pannekoek acreditava que somente o partido poderia realizar a luta global pela derrubada do capitalismo, daí a necessidade dessa vinculação entre ambas as formas de organização. Apesar da limitação da ação sindical, ele entedia que os sindicatos poderiam ser, “ao mesmo tempo”, por força das circunstâncias, “*um elemento de transformação revolucionária da sociedade*” (2007a, p. 254; grifos no original). Mas, se isso nem

---

<sup>13</sup> Nessa interpretação do papel dos sindicatos, Pannekoek parecia ainda não ter compreendido completamente o significado do salário e a teoria do valor desenvolvida por Marx, especialmente a relação entre o salário e valor produzido pelos trabalhadores.

sempre se concretiza, a luta sindical produz um outro resultado de grande relevância: “a aprendizagem da disciplina proletária” (2007a, p. 256; grifos no original). Essa “disciplina” consiste na superação da consciência individualista pela consciência do interesse coletivo da classe. Assim ocorreria: “A prática da luta sindical cotidiana é a prática que ensina os trabalhadores a subordinar seus interesses imediatos, pessoais, ao interesse geral, a sacrificar a busca de vantagem pessoal à vitória da classe” (*idem*). Do seu ponto de vista, a greve constitui o momento privilegiado dessa educação.

Cada greve vitoriosa, graças a uma união sólida, cada luta perdida, por causa da falta de solidariedade, lhes introduz no espírito [dos operários] a verdade que, quando o indivíduo segue sua vontade, todos perdem, porém, quando cada indivíduo submete sua vontade ao conjunto, todos ganham e progredem. Esta experiência adquirida na luta arrasta com força os trabalhadores à disciplina (*idem*).

A virada na opinião de Pannekoek sobre o caráter político e a importância dos sindicatos para a luta dos trabalhadores contra o capital veio com o seu rompimento definitivo com a socialdemocracia (“revisionismo” ou reformismo), durante a primeira guerra mundial, e se consolidou a partir da crítica de Lênin aos “esquerdistas”, dentre os quais se incluía.<sup>14</sup> Os fatos da história do movimento operário que serviram de referência para a nova abordagem da organização sindical por Pannekoek foram a atuação dos soviets – conselhos – na Revolução Russa de 1917 e os conselhos operários surgidos na Revolução Alemã de 1918/1919 (cf. Viana, 2011, p. 58). Mas a sua nova concepção apareceu num texto de 1936 (*apud* Viana, 2011, p. 59). Nele, Pannekoek já identifica os dirigentes sindicais como ‘chefes’. Os funcionários permanentes se transformaram numa burocracia parasita e usurpadora do poder de decisão dos trabalhadores, tornaram-se os verdadeiros “donos” da entidade. As relações entre dirigentes e trabalhadores foram invertidas: “os sindicalizados não têm nenhum meio de impor aos dirigentes sua vontade”, antes, prevalecem os interesses pessoais destes em detrimento dos interesses daqueles. Os sindicatos se tornaram idênticos ao Estado: sua burocracia se apropria das contribuições dos trabalhadores (uma espécie de tributo) e atuam de forma autônoma em relação aos representados, tal como procedem os governos e parlamentares. A burocracia sindical se torna serva do capital e do Estado contra os interesses dos trabalhadores. Não representam nem defendem os interesses dos associados, representam os próprios interesses e estão a serviço da conformação dos trabalhadores à sua condição de subordinados ao capital. E mesmo quando ocorre de os trabalhadores se rebelarem espontaneamente e fazerem greves “e novas lideranças aparecem e tão logo haja um processo de retomada da calma, a velha direção retoma sua posição” (Viana, *idem*).

Embora registre que essa percepção crítica “do papel contrarrevolucionário dos sindicatos

---

<sup>14</sup> A análise de Pannekoek sobre a tendência revisionista e seus efeitos na atuação dos sindicatos se encontra no tópico “As tendências burguesas no movimento sindical”, na obra até aqui citada (p. 257-268). Já uma breve descrição da sua ruptura com essa tendência e o bolchevismo do qual Lênin era o principal chefe, está no seu texto, “Anton Pannekoek e a questão sindical”, na obra coletiva da qual é coorganizador com Lisandro Braga (2011, especialmente, p. 56-59).

devido ao domínio da burocracia sindical é o grande avanço da análise de Pannekoek”, Viana considera que naquele texto ainda se verificam algumas limitações que “permitem interpretações problemáticas”, por vezes contraditórias, das suas formulações. “Ele afirma, no mesmo texto”, diz Viana, “que em momentos de revolução proletária, o proletariado, através dos conselhos operários, terá que se defrontar com os sindicatos e depois diz que estes serão as bases dos ‘novos sindicatos’” (Viana, 2011, p. 61). Os ‘novos sindicatos’ seriam os do tipo dos Trabalhadores Industriais do Mundo (IWW), criado nos Estados Unidos da América em 1905, que reunia todas as categorias de trabalhadores, principalmente imigrantes e os não qualificados, que eram rejeitados pela Federação Americana do Trabalho.

Pannekoek apresentou uma posição crítica mais precisa do significado da organização sindical para os trabalhadores num pequeno texto, “O sindicalismo”, incluso na obra *A revolução dos trabalhadores* (2007b). Diferentemente do que escrevera na primeira obra citada neste trabalho, nesta última ele afirma que a classe operária tem como tarefa primordial “tomar em suas mãos a produção e organizá-la” (p. 113) com base nos conselhos operários, criados no desenrolar da luta pela expropriação dos meios de produção monopolizados pelos capitalistas e pela sua apropriação coletiva pelos trabalhadores. Nesse processo, a classe operária terá de travar duas formas de luta contra o capital: “um combate perpétuo” para reduzir a exploração da sua força de trabalho; e uma luta pela derrubada do capitalismo e instauração de um novo modo de produção (2007b, p. 114).

Esse é o pano de fundo da análise crítica dos sindicatos produzida por Pannekoek a partir de então. Ele reafirma as origens dessa forma de organização operária e a sua finalidade básica, qual seja, reunir os trabalhadores na luta por remuneração satisfatória e por condições apropriadas de trabalho. Mantém a convicção de que os sindicatos são indispensáveis ao capitalismo. Ao obterem êxito na luta por salários que assegurem as condições necessárias à reprodução dos trabalhadores e por jornada de trabalho por eles suportável, contribuem para estabelecer a normalidade do sistema. Tornaram-se, cada vez mais, meios de negociação com os patrões. Porém, ao desempenharem o papel de negociadores, os sindicatos são jogados numa armadilha:

Nas negociações sobre salários ou condições de trabalho, os sindicatos estão, mais do que nunca, em posição de inferioridade, porque devem temer (ou tentar evitar) as grandes lutas que esgotem as reservas e, por isso mesmo, põem em perigo a existência bem assente da organização e dos seus funcionários permanentes. Nas negociações, os delegados têm muitas vezes que aceitar uma degradação das condições de vida para evitar a luta. A seus olhos, é inevitável e escusado será dizer, compreendem que as condições mudaram e a força da sua organização na luta baixou relativamente (2007b, 117-118).

O capital se fortaleceu, concentrou-se. Ao mesmo tempo, a burocratização do sindicato, materializada num corpo de funcionários permanentes, remunerados com os fundos advindos das contribuições dos trabalhadores, o enfraqueceu. Aí está sua grande contradição: de instrumento de defesa dos interesses do proletariado converteu-se em meio de reprodução de outra classe, a

burocracia sindical. Esta o levou a outra, geradora de conseqüências mais danosas aos trabalhadores: a transformação dos sindicatos em “órgãos do capital”, portanto um corpo estranho, senão hostil aos trabalhadores. Pannekoek descreve de modo límpido essa conversão dos sindicatos. A busca incessante dos capitalistas por elevar a taxa de lucro, que depende do aumento da taxa de mais-valor, isto é, da taxa de exploração da força de trabalho, os leva a resistir ao máximo em ceder às reivindicações dos trabalhadores. A radicalização da parte destes, que “querem lutar”, e a intransigência daqueles põem em risco a sobrevivência da burocracia.

O tremendo crescimento do poder do capital, concentrado nas mãos de uma parcela cada vez menor da sociedade, gerando, de outro lado, o aumento do número de trabalhadores proletarizados cada vez mais distanciados dos patrões, torna os órgãos de representação da classe ainda mais necessários, o que leva ao gigantismo dos sindicatos. Estes, para cumprirem seu papel de representantes formais da classe junto aos empregadores e perante as instituições do Estado, necessitam de um verdadeiro “estado-maior” de funcionários (administrativos, advogados, contadores, jornalistas, etc.) e dirigentes (*idem*). Essa burocracia de especialistas, monopolizadora dos “segredos” da política sindical e da legislação trabalhista, transforma-se num verdadeiro “governo sindical” (2007b, p. 119). Em decorrência dessas transformações, os sindicatos perdem a sua finalidade original de defender os trabalhadores da exploração que lhe é imposta pelos capitalistas. Enfraquecidos diante do poder irresistível do capital, inclusive por causa das peias criadas pela burocratização, passam, de meio de defesa dos interesses dos trabalhadores perante a classe exploradora, a “órgãos do capital” e, poder-se-ia acrescentar, a instituições auxiliares da burocracia estatal. Aos trabalhadores, para empreenderem a desigual e dura luta contra o capital, resta criar outras formas de organização, que sejam já o prenúncio de uma nova ordem social, econômica, política e cultural. Dentre essas novas criações dos produtores da riqueza, os conselhos operários se mostraram as mais apropriadas aos interesses dos trabalhadores. Pannekoek possui uma considerável elaboração sobre os conselhos operários, sendo o seu mais importante teórico. Mas isso é assunto para outra empreitada.

Em conclusão, podemos afirmar que as concepções sobre sindicatos aqui expostas, se, por um lado, apresentam pontos comuns fundamentais, revelam, por outro lado, divergências inconciliáveis. Tomando as formulações de Marx como referência para comparação, verificou-se que Pannekoek foi o único que reafirmou sua explicação acerca da origem dos sindicatos. A esse respeito, Lênin, menos interessado em compreender a trajetória do movimento operário e mais preocupado com o movimento do seu tempo e com o seu futuro, trata da associação do proletariado para a defesa dos seus interesses de forma prescritiva, afirmando, por exemplo, que: “O operário tem que procurar, de qualquer modo, o meio de opor resistência ao capitalista, a fim de encontrar sua própria defesa. E encontra esse meio na *união*” (1979, p. 23). Por seu lado, Trotski sequer

menciona a história inicial do sindicalismo.

## Referências

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schumann. – São Paulo: Boitempo, 2008.

HYMAN, Richard. *El marxismo y la sociología*. México, DF: Ediciones Era, 1978.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. *Que fazer?* Lisboa: Estampa, 1975 [1902].

MARQUES, Edmilson. “A questão da organização proletária em Anton Pannekoek”. In: BRAGA, Lisandro; VIANA, Nildo (orgs.). *A questão da organização em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011; pp. 31-48.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Pietro Nassetti. – São Paulo: Martin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo*. Tradução de José Roberto Marinho. – São Paulo: CHED, 1980.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Alex Marins. – São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 3ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

PANNEKOEK, Anton. *A revolução dos trabalhadores*. S/L: Barba Ruiva, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Las divergências tácticas em el movimiento obrero*. In: GORTHER, H.; PANNEKOEK, A. *El materialismo histórico explicado por Hermann Gorter; Las divergências tácticas em el movimiento obrero*. S/L: Ediciones Espartaco Internacional, 2007b.

TROTSKI, Leon. *Escritos sobre sindicato*. Tradução de Vera Corrêa de Sampaio e Maria Emília Sedeh Boito. – São Paulo: Kairós, 1978.

VIANA, Nildo. “Anton Pannekoek e a questão sindical”. In: BRAGA, Lisandro; VIANA, Nildo (orgs.). *A questão da organização em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011; pp. 49-74.

\_\_\_\_\_. *O que são partidos políticos*. Goiânia: Edições Germinal, 2003.